



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640179 - PR (2021/0013615-9)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : LUCAS AUGUSTO DA ROSA E OUTRO
ADVOGADOS : EDSON JOSÉ PERLIN - PR058611
LUCAS AUGUSTO DA ROSA - PR096276
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A REGIÃO
PACIENTE : RONALDO DE PAULA CARLOS (PRESO)
CORRÉU : LEONI RIBEIRO DA SILVA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RONALDO DE PAULA CARLOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A REGIÃO (HC n. 5001089-86.2021.4.04.0000).

O paciente foi preso em flagrante, em 23.09.2020, pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 33, *caput* e 35, *c/c* o art. 40, inciso I, todos da Lei n. 11.343/2006.

Os impetrantes sustentam a ausência de elementos concretos a justificar a fixação da competência da justiça federal, aduzindo que não há provas nos autos que atestem a transnacionalidade do delito.

Defendem a suspensão da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 21.01.2021, sob pena de submeter o paciente à segregação por decisão de autoridade jurídica e tecnicamente incompetente.

Requerem, liminarmente, a suspensão da realização da audiência de instrução e julgamento, designada para o dia 21.01.2021, até o julgamento final do presente *writ*. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja anulada a ação penal, determinando-se a remessa dos autos à justiça estadual.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar *habeas corpus*, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de esgotamento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência